

Conselho editorial

Alex Primo – UFRGS  
Álvaro Nunes Laranjeira – UTP  
André Parente – UFRJ  
Carla Rodrigues – PUC-Rio  
Ciro Marcondes Filho – USP  
Cristiane Freitas Gutfreind – PUCRS  
Edgard de Assis Carvalho – PUC-SP  
Erick Felinto – UERJ  
Francisco Rüdiger – PUCRS  
Giovana Scareli – UFSJ  
J. Roberto Whitaker Penteadó – ESPM  
João Freire Filho – UFRJ  
Juremir Machado da Silva – PUCRS  
Marcelo Rubín de Lima – UFRGS  
Maria Immacolata Vassallo de Lopes – USP  
Michel Maffesoli – Paris V  
Muniz Sodré – UFRJ  
Philippe Joron – Montpellier III  
Pierre le Quéau – Grenoble  
Renato Janine Ribeiro – USP  
Rose de Melo Rocha – ESPM  
Sandra Mara Corazza – UFRGS  
Sara Viola Rodrigues – UFRGS  
Tania Mara Galli Fonseca – UFRGS  
Vicente Molina Neto – UFRGS

Apoio:



# Pesquisas sobre família e infância

*no mundo contemporâneo*

Organizadoras

*Claudia Fonseca*

*Chantal Medaets*

*Fernanda Bittencourt Ribeiro*



Editora Sulina

Copyright © Autores, 2018

Capa: *Cléo Magueta, sobre arte de Lucas Richter; desenhos de Vinícius Fragoso*

Projeto gráfico e editoração: *Vânia Möller*

Revisão: *Vânia Möller*

Revisão gráfica: *Rafael Heidt Martins Trombetta*

Editor: *Luis Antônio Paim Gomes*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP  
Bibliotecária Responsável: Denise Mari de Andrade Souza – CRB 10/960

P474

Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo /  
organizado por Claudia Fonseca, Chantal Medaets e  
Fernanda Bittencourt Ribeiro. -- Porto Alegre: Sulina, 2018.  
246 p.; 23 cm.

ISBN: 978-85-205-0827-5

1. Antropologia Social. 2. Antropologia da Família. 3. Infância.  
4. Ciências Sociais. 3. Família. 4. Parentesco. I. Fonseca, Claudia. II. Medaets,  
Chantal. III. Ribeiro, Fernanda Bittencourt.

CDU: 316

572.3

CDD: 306.85

570

Todos os direitos desta edição reservados à  
Editora Meridional Ltda.  
Rua Leopoldo Bier, 644, 4º andar – Santana  
CEP: 90620-100 Porto Alegre-RS

Tel: (0xx51) 3311-4082  
www.editorasulina.com.br  
e-mail: sulina@editorasulina.com.br

{Setembro/2018}

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

## Sumário

- 7 Prefácio  
*Claudia Fonseca, Chantal Medaets e Fernanda Bittencourt Ribeiro*
- Parte I: Imagens de crianças, infâncias e famílias
- 23 Os limites do conceito de família na Itália: processos de *kinning* e *de-kinning*  
em configurações familiares homoparentais  
*Alice Sophie Sarcinelli*
- 41 O nome da lei: violências, proteções e diferenciação social de crianças  
*Fernanda Bittencourt Ribeiro*
- 66 Concepções de infância, vulnerabilidade e ética na pesquisa com crianças  
*Renata Lopes Costa Prado e Marcos Cezar de Freitas*
- 85 A fabricação estatal da indiferença parental: agruras da reintegração familiar  
*Claudia Fonseca*
- Parte II: Participação política de crianças e jovens
- 109 Entre la tutela y la represión: nociones sobre la infancia y la identidad  
mapuche ante la participación política infantil en Neuquén, Argentina  
*Andrea Szulc*
- 130 “De cabeça e com o coração”: o fazer política de jovens ocupantes das escolas  
estaduais de Porto Alegre (maio e junho 2016)  
*Chantal Medaets, Nadège Mézié e Isabel Carvalho*
- 153 Infancias en debate: las experiencias infantiles durante la última dictadura  
argentina  
*Valeria Llobet*
- Parte III: Modos de cuidado: estado, comunidade, família
- 173 A negação e a invenção da infância: mudanças geracionais a partir do  
Programa Bolsa Família  
*Flávia Pires e Patrícia Oliveira Santana dos Santos*
- 197 Sentidos y prácticas sobre el cuidado infantil en ámbitos estatales de  
atención de la salud en el partido de La Plata, Argentina  
*María Adelaida Colangelo*
- 215 “Mães nervosas”: um ensaio sobre a raiva entre mulheres populares  
*Camila Fernandes*
- 232 Trabajo infantil en clave de cuidado: explorando un modo de análisis  
*Laura Frasco Zuker*
- 241 Sobre os autores

# A negação e a invenção da infância: mudanças geracionais a partir do Programa Bolsa Família

---

Flávia Pires  
Patrícia Oliveira Santana dos Santos

*De um certo modo, e por paradoxal que essa afirmação possa parecer, não se nasce criança, vem-se a sê-lo. (Javeau, 2005)*

## Introdução e metodologia

O presente artigo é resultado de pesquisas de campo de caráter antropológico realizadas em 2012, 2016 e 2017 na pequena comunidade rural de Feira Nova (Orobó) no Agreste pernambucano, e tem por objetivo discorrer sobre as mudanças geracionais que vêm ocorrendo a partir da implementação do Programa Bolsa Família (PBF). Isto porque acreditamos, assim como Rego e Pinzani (2013), que a garantia de uma renda mínima regular proporciona mudanças significativas na vida das pessoas. A observação participante foi a principal metodologia utilizada, mas nos apoiamos também em outras técnicas de pesquisa, a exemplo do uso de entrevistas semiestruturadas e de grupos focais, além de desenhos e redações temáticos utilizados exclusivamente com as crianças. Fizemos entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro prévio, o qual não foi seguido com rigidez, de forma que, quando necessário, foram acrescentadas outras perguntas. Às vezes, devido aos seus desdobramentos, as entrevistas tomaram um caráter de conversas informais (Mayall, 2005). O gravador, a máquina fotográfica e o diá-

rio de campo foram empregados (Christensen; James, 2005). Considerando as experiências anteriores, a pesquisa aqui retratada se voltou inicialmente para as crianças de comunidades cujas famílias fossem ou já tivessem sido contempladas com o benefício. Apesar disso, não nos detemos apenas às crianças, uma vez que os projetos de pesquisas aos quais nos dedicamos privilegiam as crianças, mas não excluem os adultos (Pires, 2007, 2011, 2012, 2014; Pires; Jardim, 2014; Santos, 2014). Nesse sentido, partimos das crianças para, se fosse o caso, irmos até os adultos. No entanto, do ponto de vista teórico, filiamos-nos à linha de análise proposta por Allison James e Alan Prout quando afirmam que:

[...] as crianças devem ser vistas como ativas na construção e determinação de suas próprias vidas, na vida daqueles que as cercam e das sociedades onde elas vivem. As crianças não são simplesmente sujeitos passivos frente às estruturas e processos sociais (James; Prout, 1990, p. 8, tradução nossa).

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência condicionada de renda baseado em contrapartidas educacionais e de saúde, criado a partir da unificação de diversos outros programas sociais já existentes, visando beneficiar famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza.<sup>1</sup> Foi instituído em outubro de 2003 no governo Lula, advindo da integração de diversos outros programas sociais existentes e implantados no governo FHC. Apesar de haver uma disputa sobre a paternidade do Programa entre esses dois governos, discussão que não entraremos, é preciso destacar que um grande salto em termos de cobertura foi dado justamente com a unificação dos benefícios, além da autonomia familiar em relação ao gasto do benefício, o que antes não ocorria. O objetivo central do Programa é o de assegurar o direito humano a uma alimentação adequada, promovendo segurança alimentar e nutricional, contribuindo, com isso, para a conquista

<sup>1</sup> De acordo com as definições atuais do programa, são consideradas famílias em situação de extrema pobreza aquelas cuja renda *per capita* mensal seja de até R\$ 85,00 e famílias em situação de pobreza aquelas de renda per capita mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 (valores de 2017).

da cidadania por aquela parcela da população que se encontra mais vulnerável à fome. A garantia de uma renda mínima regular propicia grandes mudanças no interior das famílias, como vimos demonstrando em outros momentos (Pires; Rego, 2013; Pires, 2014; Pires; Jardim, 2014; Santos, 2014). Sobretudo quando há crianças essas mudanças podem ser mais nitidamente observadas, principalmente ao traçar um paralelo entre as gerações. Sugerimos, a partir de pesquisa em Cattingueira, Paraíba, que:

[...] há mudanças na estrutura da casa sertaneja [que revelam] [...] o surgimento de uma nova geração, a “geração Bolsa Família”, que tem como características principais e distintivas a possibilidade de consumir alimentos, bens e serviços antes inacessíveis e a priorização da escola em detrimento do trabalho na vida da criança (Pires; Jardim, 2014, p. 108).

Com o auxílio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) o Programa Bolsa Família proscreve a exigência do trabalho na vida das crianças. O apoio da condicionalidade, exigindo a frequência escolar mínima de 85% para que a família possa receber o benefício financeiro, faz com que a criança se insira e permaneça na escola, o que impede o abandono escolar. Além disso, com o PETI e a ausência do trabalho, a criança tem mais tempo livre para desenvolver atividades lúdicas.<sup>2</sup> Vale a pena destacar que as crianças já no ventre materno são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, que incentiva e condiciona o seu recebimento ao pré-natal das gestantes.

Nesse artigo, discorreremos sobre mudanças geracionais que se caracterizam sobretudo pelas marcas que individualizam as infâncias. Escolarização e ludicidade são dois elementos que hoje marcam a infância das crianças da comunidade de Feira Nova. Por ludicidade, compreendemos as diversas formas de brincadeiras realizadas pelas crianças, não

<sup>2</sup> Pires (2012) destaca que entre as crianças beneficiadas pelo PBF na cidade de Cattingueira, PB, as que se encontravam inseridas no PETI eram mais facilmente dispensadas do trabalho doméstico e tinham mais tempo livre.

tendo lugar ou tempo específico para acontecer, incluindo nesse conceito o tempo livre e o ócio. Por escolarização, entendemos a educação formal das crianças nas instituições de ensino. Nesse sentido, as gerações de avós e mães das crianças que hoje encontram-se inseridas no Programa Bolsa Família negam terem vivido a infância, posto que, esse período de suas vidas teve como marca indelével o trabalho. Embora o trabalho na infância possuísse características específicas na história cultural daquele determinado grupo, como veremos adiante, ele desencadeou a ausência das características que, mais tarde, acredita-se estarem irrevogavelmente ligadas à noção de infância, a saber, a escolarização e a ludicidade. A atual geração de crianças faz parte de uma geração que rompe com a reprodução geracional de um ciclo vicioso marcado pelo trabalho infantil que foi vivenciado por suas avós e mães. Diante disso, consideramos que as transformações das relações intergeracionais das famílias em Feira Nova, como as que são aqui retratadas, podem ser examinadas por meio do impacto das mudanças sociais no curso da vida e das relações familiares pela redefinição da infância.

É pertinente dizer que estamos entendendo geração no mesmo sentido que descreve Sarmiento, a saber, enquanto um:

[...] grupo de pessoas nascidas na mesma época, que viveu os mesmos acontecimentos sociais durante a sua formação e crescimento e que partilha a mesma experiência histórica, sendo esta significativa para todo o grupo; originando uma consciência comum, que permanece ao longo do respectivo curso de vida (Sarmiento, 2005, p. 364).

Compartilhamos também da definição de Debert sobre geração, compreendendo que “mais do que a idade cronológica, [geração] é a forma privilegiada de os atores darem conta de suas experiências extra-familiares” (1994, p. 19). Assim,

entendemos geração como um conjunto de indivíduos que compartilham um momento histórico determinado, marcado pelo nas-

cimento, e que, como consequência, estão sujeitos aos mesmos processos históricos-sociais (Pires; Jardim, 2014, p. 99).

Mas, se o conceito de geração também é útil para compreender processos familiares isso só é possível por que o conceito mesmo lança-se para fora desse círculo, exigindo a análise das relações intrageracionais.

Face ao exposto, o presente texto encontra-se estruturado em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte apresentamos o contexto de pesquisa, a comunidade de Feira Nova na cidade de Orobó (PE). Na segunda parte nos detemos sobre a negação da infância em virtude do trabalho. Na terceira parte apresentamos a quebra do ciclo geracional marcado pelo trabalho, a vivência e o desfrute de elementos que na comunidade são associados à infância, notadamente a escolarização. Concluímos sugerindo que a “invenção da infância” (Santos, 2014) foi possível com o surgimento da “geração Bolsa Família” (Pires; Jardim, 2014), dando continuidade às discussões já engendradas em outros momentos (Pires, 2013, 2014).

## Contexto de pesquisa

Antes de adentrarmos na questão central do capítulo é necessário apresentar o lugar do qual falamos, pois, sem considerar o contexto aqui retratado corre-se o risco de uma generalização dos resultados, o que não é nossa intenção.

Orobó é um município situado na mesorregião região do Agreste Setentrional pernambucano, na microrregião do Médio Capibaribe e que faz divisa ao norte com o estado da Paraíba. Distante aproximadamente 118 km da capital do estado de Pernambuco, a cidade do Recife, caracteriza-se como um município predominantemente rural, uma vez que dos seus 22.878 habitantes, 14.645 vivem na zona rural (IBGE 2010). O centro do município, área considerada urbana, conta com uma população aproximada de 8.233 residentes. Nessa área há um constante fluxo da população rural em busca dos serviços ofertados –

escolas, hospitais, comércio, agência dos correios, agências bancárias, repartições públicas, dentre outros serviços –, que contribui para a dinâmica e o desenvolvimento da cidade (Paulo, 2011). É considerado um município com uma boa oferta de serviços de educação. Muitas comunidades rurais possuem grupos escolares, transporte escolar entre elas e das comunidades até a sede municipal. Dar continuidade aos estudos mediante cursos superiores hoje em dia já é possível sem que seja necessário se deslocar do próprio município, como acontecia até bem recentemente, por meio de um sistema de faculdades que funcionam apenas aos sábados. O Ensino Médio e superior são oferecidos na sede municipal. Em relação aos serviços de saúde, há, em quase todas as comunidades, unidades básicas de saúde da família, mas quando se trata do acesso a serviços de saúde de urgência ou internação, a solução está no centro de Orobó, ou em cidades vizinhas.

Falamos de Orobó, sede municipal, para falar da comunidade rural de Feira Nova, uma das várias comunidades rurais existentes em Orobó, com uma população de aproximadamente 530 habitantes (190 famílias).<sup>3</sup> Sua aparência é de um pequeno vilarejo organizado por um aglomerado de casas, uma colada à outra, em geral com aparência semelhante, se diferenciando visualmente apenas pela cor, apesar de algumas diferenças arquitetônicas que denotam uma melhor condição financeira familiar. A comunidade dispõe de um posto de saúde, o qual é bastante frequentado também por moradores de sítios vizinhos.<sup>4</sup> As crianças e os adolescentes têm acesso ao ensino fundamental na própria comunidade, no Grupo Escolar Sebastião Gomes. Além disso, Feira Nova conta com um mercadinho, algumas “bodegas” (mercearias), dois bares, uma pequena loja de roupas e acessórios, duas lojinhas de diversidade (como bonecas, guarda-chuvas, escovas, lápis e outros) e uma *lan house*. Todos esses estabelecimentos são extensão da própria casa,

<sup>3</sup> Dados adquiridos através da Agente Comunitária de Saúde da comunidade. Esses dados são uma aproximação, uma vez que o IBGE apresenta os dados totais do município.

<sup>4</sup> No campo religioso, encontra-se em Feira Nova uma igreja católica e uma igreja evangélica Assembléia de Deus, popularmente conhecida como a igreja dos crentes, cujos membros são dos sítios vizinhos, segundo as informações dos próprios moradores.

sendo parte de um terraço que foi ampliado, ou de um quarto que teve sua parede quebrada.<sup>5</sup>

A maioria da população da comunidade de Feira Nova sobrevive das aposentadorias rurais e dos auxílios do Governo Federal, a exemplo do Bolsa Família. Viver com a contribuição desses auxílios parece não ser algo raro em pequenas cidades do Nordeste brasileiro, tendo em vista que o mesmo foi observado Catingueira, no sertão da Paraíba (Pires, 2011). Considera-se que a comunidade, assim como a cidade de forma geral, não apresenta muitas oportunidades de emprego. Algumas poucas pessoas conseguem um emprego público, vinculado à prefeitura municipal. Conseguir a aposentadoria rural continua sendo o desejo de muitas pessoas que já atingiram a idade exigida, mas esse é um processo difícil dado às exigências burocráticas de comprovação do trabalhador rural. Ter na família alguém aposentado é sinal de uma segurança familiar, o que foi também observado por Mireya Suárez (2006), em pesquisa em diversas cidades brasileiras, como destacado a seguir:

[...] além do benefício recebido da Bolsa Família e dos programas remanescentes, a renda de alguns grupos domésticos é incrementada com benefícios procedentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil [...], bem como das aposentadorias de pais e sogros das beneficiárias e de prestações continuadas. A importância desse tipo de renda para a sobrevivência do grupo familiar é apontada por todas as entrevistadas [...] (Suárez et al, 2006, p. 20-21).

<sup>5</sup> Feira Nova, assim como outros lugares do município, não possui um sistema de abastecimento de água adequado, de forma que apenas nos últimos anos foi realizado um encanamento na comunidade que passa pelas ruas e chega até a frente das residências. Cada casa, com exceção das casas do final da rua, das quais diz-se que a água não chega com força o suficiente para entrar, recebe um encanamento improvisado que passa pela quina do muro seguindo pelo canto da parede até o final da casa, ou seja, vai do muro da frente até o quintal da casa, onde em geral está localizada a caixa d'água ou um grande reservatório. A água chega nas casas apenas uma vez por semana, no conhecido “o dia da água”, em que ocorre armazenamento semanal, uma vez que a distribuição da água tem hora para chegar e para terminar. Atualmente a prefeitura municipal está com um projeto de ampliação de abastecimento de água na comunidade que vai contribuir para que os seus moradores recebam água mais de uma vez por semana.

O trabalho na agricultura já não é tão realizado como antigamente, muito embora algumas pessoas ainda o desenvolvam, sobretudo os mais velhos. É comum, no entanto, encontrar casas onde há alguma plantação nos quintais, um pequeno roçado, ou ainda a criação de animais de pequeno porte, como galinhas e porcos. Tais atividades em geral são de responsabilidade das mulheres. O *trabalho alugado*, trabalho em propriedades rurais por dia de serviço, é outra alternativa, apesar de considerado “a pior opção” de trabalho, como destaca Garcia Jr. (1989). Muitos homens da comunidade desempenham a atividade de motorista de Toyota, veículo adquirido em geral depois de longos anos de economia e trabalho em outras cidades, mas com o intuito de voltar a morar na comunidade e de exercer uma atividade remunerada autônoma. Ser toyoteiro já foi sinônimo de *status* no local, no entanto, hoje em dia essa atividade encontra-se em declínio, tendo em vista a regularização e fiscalização do transporte de passageiros. Esse fato fez com que muitos abandonassem essa atividade seguindo na busca por outros trabalhos. Não raro pequenos bicos também são realizados sempre que aparecem, contribuindo para a renda familiar.

A escassez de opções dignas de trabalho afeta sobretudo os mais jovens, sendo essa uma queixa recorrente. Wanderley destaca que 73,4% dos jovens oroboenses entrevistados afirmaram que possuíam algum irmão morando fora do domicílio, sendo que a maioria por razão de trabalho. “Dos que saíram, em sua maioria jovens, vão trabalhar em outras cidades, mas mantêm a referência ao domicílio paterno, para onde voltam com uma certa frequência” (2006, p. 44).

A jovem Jeane<sup>6</sup>, moradora da comunidade, exemplifica:

Meus irmãos, um trabalha em Recife, outro trabalha no Rio de Janeiro e eu tô aqui. Já houve um distanciamento, mas eles têm vontade de voltar. Silvinho tem vontade de morar aqui, Leonardo tem vontade de morar aqui, Wesley tem vontade de morar aqui. Não moram por falta de oportunidade mesmo. Meu irmão no Rio

<sup>6</sup> Todos os nomes próprios de pessoas são fictícios.

de Janeiro é porteiro, Wesley e Leonardo são garçons. Então, eles querem obter uma vida melhor assim como todo mundo, então eles têm que sair daqui pra procurar uma coisa melhor fora (Jeane, 27 anos, moradora de Feira Nova, em entrevista para essa pesquisa).

Paulo (2011) destaca que tem-se observado no município uma diminuição da migração dos pais em virtude dos programas sociais. A migração temporária atinge predominantemente os jovens e tem destino principalmente a cidade do Recife. É preciso destacar ainda que a partida se dá no momento em que atingem a maioridade, pois é quando podem trabalhar com carteira assinada. Chama a atenção e não acreditamos que seja apenas mero detalhe, que esse momento também coincida com o desligamento do jovem ao Programa Bolsa Família, cuja família deixa de receber o Benefício Variável vinculado ao Adolescente. Em relatório apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Social, Suárez (2006) destaca que:

[...] Possivelmente o término do benefício obriga esses adolescentes a buscar formas alternativas de sustento e a abandonar a escola. Se assim for, como a pesquisa de campo sugere, o corte da bolsa causa uma mudança abrupta da condição de criança para a vida adulta em condições ainda muito vulneráveis e no momento mais crítico da adolescência. Dados discursivos obtidos durante o trabalho de campo sugerem que esses(as) jovens enfrentam muita dificuldade para ingressar no mercado de trabalho, deparando-se com o desemprego ou subemprego... (Suárez, 2006, p. 16).

Embora correto, não enfatizamos que o término do benefício obrigue os jovens a buscar formas alternativas de sustento, mas que receber o benefício contribui para que o jovem permaneça por mais tempo na família e na comunidade. Sem esse auxílio, essa saída talvez ocorresse antes de se atingir a maioridade, ou esse jovem já na infância adentraria ao mundo do trabalho, processo já vivenciado por algumas gerações. Nesse sentido, já nos remetendo ao próximo tópico, acreditamos que o Programa Bolsa Família vem contribuindo para uma mudança ge-

racional, que atinge não só as crianças, mas contribui sobretudo para uma nova experiência de infância na comunidade. No próximo tópico discutiremos, entre outras coisas, sobre como o trabalho é percebido como inibidor da infância.

## A negação da infância

Nesse tópico faremos uma discussão sobre o trabalho e a infância. Nas entrevistas lançamos mão da pergunta: “Como foi sua infância?”. De imediato ouvíamos uma negação da infância: “Eu não tive infância, não. A minha infância foi muito sofrida! Eu tive que trabalhar muito cedo...”. Rizzini (2010) já afirmou que as crianças pobres sempre trabalharam. Cipola (2001) afirma também que as condições de pobreza e de miséria das classes menos favorecidas economicamente, acopladas à baixa escolaridade dos pais é o que, em muitos casos, produz e reproduz o uso da mão de obra infantil entre as gerações. Esses podem ser considerados um dos principais motivos para o a utilização precoce dessa mão de obra, mas é certo que há outros fatores, como a moralidade e a educação próprias do mundo rural que incidem sobre essa questão.

O trabalho, em muitos casos, é considerado como a razão para a ausência total ou parcial de duas gerações de crianças do âmbito escolar, além de restringir o tempo das práticas lúdicas. Nesse contexto, podemos perceber que uma infância de trabalho não é considerada uma infância. O ideal de infância encontra-se relacionado à escolarização, ao não trabalho e à ludicidade. No entanto, para os adultos e idosos é o trabalho que marcou essa fase do curso da vida, logo, essa tríade não foi vivenciada plenamente por essas gerações, o que nos leva a entender o porquê da negação da infância. As famílias das crianças que encontraram-se inseridas no mundo do trabalho não davam pouco valor à escolarização, apesar do alto índice de abandono escolar. Entendemos que a escolha pelo trabalho em detrimento da escolarização está associada entre escolher o que é prioridade e o que é importante. Neste caso, a escolarização acabou sendo tomada como importante, enquanto o tra-

balho tornou-se a prioridade, o que não significa que a escolarização fosse desvalorizada.

Temos que levar em conta o contexto histórico da escolarização na região e no Brasil, em que a tônica parece ser as dificuldades de acesso e a permanência na escola. Vasconcellos (1991) destaca que dentre os vários fatores que contribuem para a não escolarização das crianças rurais estão as condições de deslocamento e o acesso à escola. Ele afirma ainda que nas escolas de 1ª a 4ª séries da zona rural brasileira, o acesso era feito a pé, sendo, em muitos casos, a distância percorrida demasiadamente longa. Muitas das entrevistadas alegaram que tinham que caminhar quilômetros até chegar à escola e da escola até sua casa posteriormente. Essa dificuldade, que acarreta em cansaço, bem como nas dificuldades intrínsecas às longas caminhadas diárias, foi um dos fatores que fez com que muitas crianças ficassem excluídas do sistema escolar. Paralelo a isso, o autor ainda destaca que o ensino de 5ª a 8ª série na zona rural brasileira era praticamente inexistente.

Devido à falta de transporte, bem como à dificuldade de os pais arcarem com os custos de um transporte privado, as crianças param de estudar, entrando prematuramente no mercado de trabalho ou em atividades informais: em toda a zona rural brasileira, é reconhecidamente baixa a taxa de conclusão do 1º grau, sendo mínima a proporção de crianças que passam da 4ª série (Vasconcellos, 1991, p. 94).

Beatriz esclarece a situação do seu ponto de vista:

Aqui só obtinha até a 4ª (série), aí da quinta série a gente tinha que ir pra Matinadas (povoado vizinho). Aí eu estudava à noite, e a gente ia de pé. Às vezes a gente ia na Kombi da prefeitura que levava os professores, mas às vezes nem tinha. Imagina aí! A gente não tinha chance não. [...]. Hoje em dia, não. Hoje em dia tem carro até demais pra carregar esses estudantes. Oportunidade pra estudar hoje, eu acho que não falta, visse. Mas em relação assim, de eu criança pra hoje, eu acho que mais dificuldade mesmo foi essa

aí, o transporte escolar, que antes não tinha e hoje tem, né. Hoje tem à vontade (Beatriz, 28 anos, em entrevista para essa pesquisa).

Ouvimos ainda relatos de pessoas que com muito custo conseguiam frequentar a escola, mas para continuar estudando a única alternativa possível era repetir a mesma série por várias vezes. Isso porque, não havendo escolas com as séries subsequentes na comunidade ou proximidades, e nem tendo condições de pagar um transporte para o deslocamento, a escolarização se tornava inviável. Dessa forma, “não sendo um requisito para o trabalho rural e, nesse caso, indispensável para a reprodução do capital, a educação rural fica negligenciada” (Damasceno; Bezerra, 2004, p. 5).

Dona Maria, hoje avó, é uma figura emblemática da sua geração. Na infância era o trabalho que tomava a maior parte do tempo em seu dia a dia. A escola não ocupou muito espaço na vida dessa senhora, que com muito esforço conseguiu frequentar até a terceira série do Ensino Fundamental. É interessante notarmos a importância do aprendizado formal no seu tom de voz quando diz: “Na minha escola, eu não sei que milagre, eu ainda consegui aprender uma coisinha...”. Muito menos teve tempo de brincar, ao que ela se refere por meio do signo da “roda”, em contraposição à “enxada”. Sobre sua vida, ela diz:

A minha vida? Oxe, a minha vida é longa! Oxe, a minha vida era apanhando café, era arrancando mandioca, era fazendo farinha. Moendo mandioca, cevando mandioca, plantando roça. Tudo isso era a minha infância. (E a senhora tinha mais ou menos quantos anos quando fazia tudo isso?) Eu? Oxe, quando eu comecei, quando mãe ensinou a gente a fazer as coisas, eu era deste tamanho oia (e fez uma expressão com a mão em direção ao chão mostrando que era bem pequena). [...] E então, pra cevar mandioca era assentada dentro do cevador, porque não alcançava chegar no cocho de cevar. *A minha infância foi trabalho, foi o cabo da enxada. Pode botar aí, era o cabo da enxada ao invés da roda!* (Dona Maria José, 55 anos, em entrevista para essa pesquisa, grifo nosso).

De outro lado, o trabalho está largamente ausente da infância de hoje, que tem como marca principal a escolarização, em paralelo à ludicidade, que também pode ser chamado de tempo livre (Pedro, 9 anos; Viviane, 7 anos).

*Pesquisadora:* Fala, Pedro!

*Pedro:* Moro em Feira Nova.

*Pesquisadora:* Tem quantos anos?

*Pedro:* 9.

*Pesquisadora:* Estuda?

*Pedro:* Estudo.

*Pesquisadora:* Trabalha?

*Pedro:* Não!

*Viviane:* Só fica em casa com o cu pra cima assistindo televisão!

Consideramos que a infância dessa geração de avós e mães das crianças que hoje são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família teve como grande marca a entrada precoce no mundo do trabalho, legado advindo de uma existência vivida em situação de pobreza. É certo que, nas conversas e entrevistas realizadas com pessoas pertencentes a essas gerações, a maioria delas nos apresentou o trabalho enquanto necessidade familiar. Muitas alegavam que não eram obrigadas a trabalhar, mas devido à situação da família acabavam se inserindo no meio da labuta para auxiliar no orçamento familiar, pela responsabilidade assumida como membro familiar pleno (Pires, 2012). No entanto, todas elas se referiram a algum tipo de privação advinda dessa situação de inserção precoce no trabalho, seja no âmbito escolar ou no desenvolvimento de atividades lúdicas (“Pode botar aí, [minha infância] era o cabo da enxada ao invés da roda!”, Dona Maria José).

Parece que as mudanças que estamos tratando podem estar relacionadas ao Programa Bolsa Família. O auxílio de um benefício financeiro de uma política pública, dinheiro considerado pouco, mas certo, contribui para uma série de mudanças que reverberam sobretu-

do na vida da atual geração de crianças. É importante destacar que as condicionalidades são cumpridas pelas crianças e pelos adolescentes desencadeando um processo de reivindicação do recurso nos seios das famílias. Esse processo de negociações levado a cabo principalmente pelas crianças em relação às suas mães, leva em conta o esforço da criança de ir cotidianamente à escola e sua persistência em aprender. Assim, o recurso é entendido como “direito das crianças”, uma vez que elas garantem seu recebimento ao ir para a escola (sobre isso tratamos em outra oportunidade, Pires et al., 2014). Observamos também outras mudanças entre as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família como a “expansão das possibilidades de consumo e priorização do consumo de bens voltados para as crianças (alimentos, material escolar, vestimentas e calçados)” (Pires; Silva Jardim, 2014, p. 107). É nesse sentido que corroboramos a ideia de uma “geração Bolsa Família” (Pires; Silva Jardim, 2014). Referimo-nos a crianças que têm a possibilidade de permanecer na escola em detrimento da execução do trabalho na roça, o que detona um processo de mudança entre as relações intrafamiliares, inclusive no que tange ao *status* das crianças (Pires, 2014; Pires et al., 2014), além de gozarem os ganhos da expansão do consumo, sendo prioridade em relação ao gasto familiar do benefício.

Com efeito, sabemos que essa mudança que corrobora com a quebra de um ciclo geracional e muda a vivência da infância das gerações seguintes não se dá única e simplesmente pela implantação do Programa Bolsa Família, mas por uma série de fatores advindos mediante a interferência do estado, como o aumento sistêmico do salário mínimo que impacta as aposentadorias, a criação de legislação de proteção e a participação da criança e de adolescente por meio do ECA, e de políticas públicas como o PETI, o Bolsa Escola e atualmente o Bolsa Família. Tudo isso, obviamente, culmina com mudanças inter e intra-geracionais. Enquanto a infância da avó foi “o cabo da enxada”, a infância do neto é assistir televisão “com o cu para cima”, fazendo nada, e a infância da mãe uma transição entre duas realidades tão distintas.

Acreditamos que as mudanças ocorridas entre as gerações corroboram com o que chamamos de “invenção da infância” (Santos, 2014), uma vez que tais mudanças afetam as práticas sociais perpetuadas entre as gerações, dando um novo significado a essa fase da vida que chamamos de infância. É sobre isso que nos deteremos agora.

## A invenção da infância

Em *História social da criança e da família* (1981), Ariès discute a emergência da noção de infância como categoria social, mostrando que a infância é uma construção sócio-histórica. A infância deve ser tomada enquanto processo e não um produto. Nesse sentido, não é algo natural nem universal. Ele afirma que até a Idade Média a criança não possuía espaço particular no âmbito familiar, sendo vista e considerada como réplica de um adulto, um adulto em miniatura.

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo (Ariès, 1981, p. 17).

A descoberta da infância se daria apenas na modernidade, com o surgimento da escola e mediante a família burguesa. Assim, no início do século XVII surge a instituição escolar com um anseio de moralização, e fazendo uma separação, de fato, entre crianças e adultos, ou ainda, entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos. Nessa fase ocorre o surgimento de dois sentimentos básicos em relação à infância: a *parificação* e a *escolarização*. Em consequência da última, a disciplinarização, o enclausuramento e a vigilância tornam-se uma constante na vida das crianças.

A respeito disso, Kramer afirma:

A ideia de infância não existiu sempre e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância, pois, é determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade (Kramer, 1996, p. 19).

O que antes era comum, a convivência e a permanência das crianças nos mesmos espaços que os adultos, se modificou. A infância passou a ser considerada como uma etapa da vida, e a criança sendo vista de um modo especial. A infância retratada por Ariès encontra-se relacionada ao período do renascimento na Europa, e acredita-se que o estudo realizado pelo referido autor está associado às elites da época, posto que os pobres não podiam gozar desse privilégio, pois necessitavam que seus filhos, tão logo conseguissem se locomover, os ajudassem no trabalho. Desse modo, o ideal seria que falássemos então em infâncias, no plural, e não em infância no singular. Apesar disso, a descoberta de Ariès sobre a “invenção da infância” e sobre os sentimentos da infância, se estendem para além das elites europeias. Assim sendo, ainda que não possamos falar em uma infância universal, há alguns elementos que são comuns a várias delas, ou ao menos encontram-se presentes no ideal que se tem de infância. A ludicidade é umas dessas características, e segundo Sousa (2004a) ela pode ser considerada o lugar comum entre as infâncias. Emilene Sousa em sua dissertação de mestrado intitulada “‘Que trabalhaiis como se brincásseis’: trabalho e ludicidade na infância Capuxu”, enfatiza a presença da ludicidade mesmo quando as crianças trabalham. A escolarização é a outra característica.

O Programa Bolsa Família, ao buscar quebrar com o chamado círculo vicioso da pobreza por meio da condicionalidade escolar, contribui com aquilo que chamamos de uma “invenção da infância” (Santos,

2014) tardia e situada. Em pleno século XXI as crianças brasileiras estão finalmente acessando a escola. A escolarização é reafirmada pelo Programa Bolsa Família por meio da condicionalidade escolar mínima de 85%, o que ultrapassa a disposta na legislação do Ministério da Educação (Mec), a qual preconiza 75% de frequência escolar para que o aluno possa ser aprovado.

Para o ideal de infância existente em Feira Nova, a subtração da criança da escola descaracteriza a infância. A condicionalidade escolar imposta pelo Programa Bolsa Família traz a criança para o que é considerado em Feira Nova, o seu lugar. Assim, “[...] a escola tem um papel fundamental, considerada como o lugar adequado, por excelência, para a presença das crianças. A infância requer a escola, assim como a escola ‘produz’ a infância” (Becchi, 1996 apud Gomes, 2008, p. 87).

O que queremos dizer é que o Programa Bolsa Família proporciona um novo olhar para a criança, e é por meio dela que os idealizadores do programa atingem seu objetivo maior, que é a diminuição da situação de vulnerabilidade social que encontram-se muitas famílias.<sup>7</sup>

Ao lado da escolarização, o sentimento de paparicação também descrito por Ariès compõe o quadro de “invenção da infância”. Beatriz, jovem mãe, pondera:

Tem diferença (entre a vida dela quando criança e a dos filhos). Porque assim, hoje, meus filhos graças a Deus, têm tudo o que querem, em termo de casa. Na minha casa eles têm tudo o que eles querem. Antigamente pra mim ter uma boneca eu tinha que... Ave Maria! Meu pai trabalhava em Recife, aí trazia uma boneca usada pra me dar. Ou então minha mãe teve que aprender fazer boneca

<sup>7</sup> Temos, é claro, uma nítida mudança geracional, sobretudo pela permanente frequência escolar advinda da obrigatoriedade da condicionalidade educacional do programa. A educação, no entanto, é uma questão a ser sempre revista e analisada, pois seu acesso é fundamental, embora não suficiente; é preciso uma maior atenção na educação de forma geral, uma melhoria educacional e não apenas uma ampliação ao acesso. Contudo, é inegável que o acesso escolar está garantido por meio da condicionalidade e do apoio pecuniário que faz a criança permanecer na escola sem danos financeiros para a família.

de pano para me dar. Hoje não. Eu compro uma boneca de pano para minha filha porque eu acho bonita. Eu compro qualquer coisa para a minha filha, porque? Porque aquilo ali eu já tenho uma condição melhor, entendesse? Antigamente meus pais não tinham uma condição de me dar alguma coisa. O que eles pegavam era mais pra alimentação, pra roupa. Eu acho que a gente tinha uma vida mais humilde mesmo. Hoje não (Beatriz, 28 anos).

A papariação é entendida como uma maior atenção dada à criança. Nesse sentido, podemos depreender que há uma papariação das crianças do Bolsa Família, à medida que elas são consideradas em seus desejos e recebem alguns mimos, sobretudo quando a mãe vai ao supermercado e leva para casa um produto do agrado da criança, como, por exemplo, um iogurte ou uma bolacha recheada (Pires, 2013). Em um contexto no qual “satisfazer os desejos alimentares dos filhos é parte do que se considera o dever de uma boa mãe”, é “inquestionável a priorização do consumo voltado para as crianças” (Pires; Jardim, 2014, p. 104, 106).

Antigamente quem falava em cereal? Ninguém! Tu ouvia falar em cereal? Não! Eu nunca escutei, na minha infância pra ser bem franca pra tu eu nunca comi cereal não, visse. Meus filhos hoje em dia têm. Hoje a comida dos meus filhos é muito diferente da minha comida de antigamente [...] Hoje mesmo tendo uma vida humilde eu posso dá mais aos meus filhos (Beatriz, 28 anos).

Nessa perspectiva, acreditamos que a criança que se encontra inserida no Programa Bolsa Família recebe maior atenção no meio familiar, destacando-se claramente essa mudança entre as gerações em termos de consumo, como podemos ver a seguir:

Hoje a comida dos meus filhos é muito diferente da comida minha, de antigamente. Eu nunca passei fome, fome eu nunca passei. Mas já comi mal? Já comi! Não vou dizer que sempre na minha vida eu comi bem. Não. Teve épocas da minha vida que meu pai estava

desempregado, a minha mãe estava desempregada, não existia o Bolsa Família, entendeu?! A gente já morava aqui na rua, minha avó plantava, só que safra é safra. Você não planta hoje e colhe amanhã. Você planta hoje e colhe daqui a três meses, quatro meses, cinco meses, seis meses, dependendo do que você planta. Aí eu acho que a dificuldade antigamente era muito maior. Hoje não. Hoje você vai no mercadinho ali, compra, aí, tu não tem dinheiro hoje não? Amanhã tu paga. Porque amanhã tu tem com o que pagar. Entendeu? (Beatriz, 28 anos).

Além disso, o entendimento da criança enquanto peça fundamental para o recebimento do benefício, uma vez que é ela quem cumpre a condicionalidade escolar exigida pelo programa para que haja o repasse do benefício financeiro, faz com que sirva como fornecedora de *status* e segurança para a família (Pires, 2014). Por meio dela assegura-se a ascensão social da família com fins de atingir o objetivo central do Programa Bolsa Família, que é a saída das famílias da situação de pobreza e de extrema pobreza. A criança, antes inserida no espaço considerado do adulto, no mundo do trabalho, encontra-se então cercada dos cuidados com sua saúde e sua educação. Dessa forma, a vida da família organiza-se também em função das necessidades, dos desejos e sonhos das crianças, o que antes não acontecia, tendo em vista as extremas dificuldades financeiras enfrentadas. Nesse processo, o Programa Bolsa Família também faz com que a criança seja um canal no qual a família adquire poder e sentido, reforçando os laços familiares como, por exemplo, o reforço empregado no papel da mulher como mãe e cuidadora do lar, a despeito de toda crítica feminista que é feita ao programa. Vemos, então, uma “invenção da infância” (Santos, 2014), em que a marca principal é a escolarização das crianças associada ao tempo livre, processo tardio em relação à modernidade europeia e situado no agreste pernambucano. Essa infância é inventada ao mesmo tempo que floresce a “geração Bolsa Família” (Pires; Jardim, 2014), na qual escola, consumo e não trabalho se associam para definir o cotidiano das crianças. Processos similares

vem sendo observados em Catingueira, Paraíba (Pires; Jardim, 2014; Pires, 2013; Pires, 2014; Pires et al. 2014).

## Considerações finais

Criança e infância estão comumente associadas. No entanto, o que é a criança? O que são as crianças? O que é ser criança? E, ainda, o que significa a infância? Como tentamos mostrar aqui, as gerações de avós e mães da comunidade rural de Feira Nova (Orobó, PE) nos falaram de suas vidas quando crianças, mas não associam o ser/ter sido criança a ter vivenciado a infância. Nesse sentido, ter sido criança não significava para elas ter tido infância, isso porque o sentimento da infância se altera em cada época, uma vez que ele se encontra vinculado às práticas sociais (Kramer, 1984).

[...] Essas concepções são determinadas pelos papéis que as crianças desempenham no seu ambiente social, pela situação de vida, explicitando formas de educar diferenciadas e impossíveis de julgamento, mas carentes de compreensão (Yamin; Mello, 2004).

Temos, então, que observar um fenômeno em seu contexto socio-cultural. Buscar entendê-lo em seus próprios termos. Logo, não podemos equalizar os conceitos de criança, crianças e infância. Para Allison James (2012, p. 270) “infância” é o espaço social, “crianças” é uma categoria geracional e “a criança” é um indivíduo que representa a sua categoria geracional e habita o seu espaço social. Nesse sentido, se não podemos falar em infâncias, faz sentido falar de criança(s)? Parece-nos que aqui a crítica comumente feita à Ariès pode ser aplicada. Se não havia infância aos moldes da modernidade ou dos tempos contemporâneos, isso não implica que não houvesse crianças e infâncias.

[...] Portanto, parece que, a bem dizer, não existem crianças sem infância, mas, sim, crianças cujas infâncias são tão infames e distintas

do modo como a sociedade entende como a infância deve ser, que essas crianças não se parecem com crianças... (Castro, 2013, p. 73).

Disso retiramos, mais uma vez, o caráter situado das infâncias. Se há alguma generalidade a ser extraída da infância ela está justamente na universalidade da sua particularidade.

Tentamos mostrar aqui um processo de mudança das práticas sociais de um grupo específico, o qual desencadeia uma construção da infância, ou no que chamamos de “invenção da infância” (Santos, 2014), tomando emprestada a expressão de Ariès. Um processo de mudança geracional que rompe com práticas advindas de um ciclo vicioso exercido mediante a situação de pobreza e privação em que se vivia, e produz uma nova geração com características próprias, a saber, acesso à escolarização, acesso à bens de consumo e tempo para o lazer. Essas mudanças produzem um efeito significativo no contexto aqui retratado, embora estejamos falando de uma primeira geração que rompe com esse ciclo geracional. Portanto, finalizamos esse texto enfatizando que a “invenção da infância” (Santos, 2014) em Feira Nova é um processo advindo do surgimento de uma nova geração, a “geração Bolsa Família”, em que as crianças não trabalham, estudam, dispõem de tempo livre e não passam privação materiais severas. Todas essas características as distinguem categoricamente das gerações anteriores, principalmente se compararmos com a geração das avós.

Consideramos que os resultados aqui apresentados requerem a continuidade da pesquisa, tanto porque o Programa Bolsa Família é um programa relativamente novo, com apenas 14 anos de implementação, como pelo fato de que as mudanças mais consideráveis estarem relacionadas à educação escolar das crianças que demanda tempo para que possam ser sentidas. Ao mesmo tempo, chamamos a atenção para a necessidade de evitar a construção de um novo ciclo geracional focado apenas no consumo e em uma escolarização de má qualidade. São necessários maiores investimentos educacionais para além da melhoria do acesso, a fim de garantir a qualidade da educação. Sem isso, a escola não será “vista como a serviço da emancipação individual e coletiva” mas, se

muito estará “simplesmente a reboque dos imperativos da economia”, apenas capacitando indivíduos para o mercado de trabalho, como adverte sabiamente Lúcia Rabello de Castro (2013, p. 111).

## Referências

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. D. Flakasman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.
- CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Orgs.). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Edições Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, 2005.
- CASTRO, L. R. de. As crianças e a escola: ao encalço da “longa revolução”. In: \_\_\_\_\_. *O futuro da infância e outros escritos*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- CIPOLA, A. *O trabalho infantil*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- DAMASCENO, M. N.; BEZERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectiva. *Educação e Pesquisa*, 30 (1), p. 73-89, 2004.
- DEBERT, G. G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Antropologia e velhice*. Textos Didáticos, 13. Campinas: IFCH/Unicamp, 1994. p. 7-30.
- GARCIA JR., A. R. *O Sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- GOMES, A. M. R. Outras crianças, outras infâncias? In: SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S. de. (Orgs.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Coleção Ciências Sociais da Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- KRAMER, S. *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- JAMES, A. Giving voice to children's voices: practices and problems, pitfalls and potentials. *American Anthropologist*, 109 (2), 2007.
- JAMES, A.; PROUT, A. *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*. Basingstoke: Falmer Press, 1990.
- LIBÓRIO, R. M. C.; UNGAR, M. Children's perspectives on their economic activity as a pathway to resilience. *Children & Society*, 24(4): p. 326-338, 2010.
- MAYALL, B. Conversas com Crianças. Trabalhando problemas geracionais. In: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Orgs.). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Edições Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, 2005.
- MAYBLIN, M. *Gender, Catholicism and Morality in Brazil: virtuous husbands, powerful wives*. New York: Palgrave; Macmillan, 2010.
- PAULO, M. de A. L. de. *Juventude rural: suas construções identitárias*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.
- PIRES, F. F. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. *Revista de Antropologia*, 50, p. 225-270, 2007.
- PIRES, F. F. *Quem tem medo de mal-assombro? Religião e infância no semiárido Nordeste*. Rio de Janeiro; João Pessoa: E-papers; UFPB, 2011.
- PIRES, F. F.; SILVA JARDIM, G. A. da. Geração Bolsa Família: educação, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), (29), p. 99-112, 2014.
- PIRES, F. F. Crescendo em Catingueira: criança, família e organização social no semiárido nordestino. *Mana* (UFRJ Impresso), (18), p. 539-561, 2012.
- PIRES, F. F. Child as family sponsor: an unforeseen effect of Programa Bolsa Família in northeastern Brazil. *Childhood* (Copenhagen), (21), p. 134-147, 2014.
- PIRES, F. F.; REGO, W. L. 10 Anos de Programa Bolsa Família: Apresentação do Dossiê. *Política & Trabalho* (UFPB. Impresso), (38), p. 13-19, 2013.
- PIRES, F. F. Comida de Criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semiárido. *Política & Trabalho* (UFPB. Impresso), v. 38, p. 123-135, 2013.
- PIRES, F. F. et al. O Bolsa Família é direito das crianças: Agência Política Infantil no semiárido Nordeste. *Teoria & Sociedade* (UFMG), v. 22, p. 141-167, 2014.
- REGO, W. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 376-406.
- SÁNCHEZ, M. A. R. Helping at home: the concept of childhood and work among the Nahuas of Tlaxcala, Mexico. In: HUNGERLAND, B. et al. (Orgs.). *Working to be someone: child focused research and practice with working children*. London; Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers, 2007. p. 87-95.
- SANTOS, P. O. S. dos. *A invenção da infância: o Programa Bolsa Família e as crianças da comunidade de Feira Nova (Orobó) no Agreste pernambucano*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, 2014.
- SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*, Campinas, 26 (91), p.361-378, 2005.
- SOUSA, E. L. de. Relativizando o trabalho infantil a partir de uma experiência etnográfica: o caso das crianças Capuxu. *Caderno Pós Ciências Sociais*. 1 (2), p. 75-94, 2004.
- SOUSA, E. L. de. *Que trabalhos como se brincásseis: trabalho e ludicidade na infância Capuxu*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2004a.
- SUÁREZ et al. *O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero: o desafio de promover o reordenamento do Espaço Doméstico e o Acesso das Mulheres ao Espaço Público*. Relatório Compreensivo de Pesquisa Apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e ao Department for International Development (DFID) por Agende Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento, 2006.
- TASSINARI, A. Concepções indígenas de infância no Brasil. *Tellus*, ano 7, n.13, p. 11-25, 2007.
- VASCONCELLOS, E. A. de. Crianças Rurais e acesso à escola: sugestões de política pública. *São Paulo em Perspectiva*. 5 (1): p. 93-98, 1991.
- WANDERLEY, M. de N. B. *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Relatório de pesquisa, 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. Olhares sobre o Rural Brasileiro. *Revista Ratzes*. 23 (1-2), 2004.

YAMIN, G. A.; MELL, R. R. Um estudo de caso para a compreensão da infância rural. *II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos: a pesquisa qualitativa em debate*. Bauru, 2004.

## Sentidos y prácticas sobre el cuidado infantil en ámbitos estatales de atención de la salud en el partido de La Plata, Argentina

---

María Adelaida Colangelo

### Introducción

El cuidado infantil ocupa un lugar central en las preocupaciones e intervenciones cotidianas de los equipos de atención de la salud, especialmente de aquellos que se desempeñan en efectores públicos destinados a la atención primaria. En efecto, los modos de criar y atender cotidianamente a los niños, sobre todo durante sus primeros dos años de vida, son temas en torno de los cuales gira gran parte de las consultas y de los procesos de atención de la salud. Este interés por el cuidado infantil no se limita a los profesionales médicos, sino que involucra a otros integrantes los equipos de salud: enfermeros, promotores de salud, psicólogos, trabajadores sociales.

Entendido en términos generales como el conjunto de prácticas materiales y simbólicas, socialmente producidas y organizadas, orientadas a mantener la vida de los niños y su bienestar (Llobet, 2011; Pautassi; Zibechi, 2013), el concepto de “cuidado infantil” aparece estrechamente relacionado con el de “crianza”, si bien este último hace especial énfasis en los procesos de atención y formación de los niños que se producen en los entornos más próximos, como las familias, durante los primeros tramos de la vida. En este sentido, el análisis del cuidado trasciende el ámbito doméstico e implica considerar un conjunto más amplio de actores e instituciones particulares, comunitarios

